



O PROFESSOR – TUTOR: PERFIL E FUNÇÕES

Maria da Nazaré Mesquita Martins dos Santos Baptista¹

Resumo

Após uma curta introdução relativa ao conceito de educação – formação, são abordadas as características e as funções inerentes à figura do professor tutor. É igualmente salientada a importância que deve ser dada à formação dos professores para que a escola possa fornecer uma resposta eficaz aos desafios constantes impostos pela sociedade.

Palavras-Chave: Perfil; Função; Tutor.

FUNCTIONS AND PROFILE OF A TUTOR

Abstract

This paper intends to explain the functions and the profile a tutor has to have, to deal with problematic situations at school. Subsequently, we talk about the importance of the teachers' development through the attendance of multiple courses that can give them the state-of-the-art related to school.

Key-words: Profile; Function; Tutor.

FUNCIONES Y PERFIL DEL TUTOR

Resumen

Después de una breve introducción sobre la conceptualización de educación - formación son referidas las características y funciones que la figura del tutor tiene. Asimismo, destacó la importancia que debe darse a la capacitación de maestros en la escuela para poder dar una respuesta eficaz a los retos constantes que plantea la sociedad.

Palabras-clave: Perfil; función; Tutor

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa/Portugal. Endereço eletrônico: nazaré_baptista@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O artigo que se segue, visa apresentar, ainda que resumidamente, uma visão do perfil e das funções inerentes à figura do tutor, bem como sublinhar a importância que deve ser dada à formação docente nesta área.

A convicção cada vez mais difundida e percebida de que a escola apresenta diferentes funções que ultrapassam a mera transmissão de saberes acadêmicos, colocam-na perante desafios vários que a obrigam a criar respostas adequadas. Freire (1996) refere que para se respeitar a natureza do ser humano é necessário que o ensino dos conteúdos não se alheie da formação moral do educando, pois educar é “substantivamente formar” (p.33).

A percepção da importância desta dimensão formativa que deve caminhar ao lado ou quiçá um pouco mais à frente da dimensão instrutiva, é fundamental para a criação de futuros cidadãos portadores de valores humanistas, capazes de intervir e de ser solidários numa sociedade complexa e em constante mutação.

Assim sendo, os novos conceitos educativos abandonam uma visão de educação instrutiva, onde os conhecimentos acadêmicos aparecem como objectivo único e essencial, tornando-se mais amplos ao apontar para uma educação – formação, que pretende abranger outras dimensões indispensáveis ao pleno desenvolvimento do aluno. Importa prepará-lo para a vida e na vida, permitindo que se possa construir como *Pessoa*.

As múltiplas mudanças sociais reflectem-se na escola, traduzindo-se a maior parte das vezes em necessidades educativas. A crise da instituição familiar, o crescente multiculturalismo, o encontro com a diversidade, as dificuldades de socialização, o incumprimento de regras, a dificuldade de organização e de aquisição de métodos de estudo são algumas das questões que surgem em contexto escolar. Para além deste estado de coisas, confrontamo-nos com uma sociedade que privilegia o consumismo, a cultura do sucesso como um modelo a seguir. (LONGÁS & MOLLÁ, 2007).

Assim, a necessidade da mudança do paradigma escolar fundamenta-se na exigência imposta pela sociedade que lança novos desafios à classe docente que se prendem com uma multiplicidade de aspectos, visando o desenvolvimento integral do aluno e a sua integração na nova sociedade do conhecimento, onde se impõe a adopção de uma postura de formação ao longo da vida sob pena de não conseguir integrá-la.

Este novo tipo de formação tem que se constituir como dinâmico, implicando todos os actores educativos

A eficácia desta acção vai depender de muitos factores, mas a articulação, a colaboração entre todos será certamente importante e essencial para o sucesso da sua implementação.

A orientação e a acção tutorial estruturam-se como um aspecto fulcral e fundamental do processo educativo, contribuindo e completando o desenvolvimento integral do aluno.

A mudança de atitude que se pretende concretizar na escola, tem que passar pela capacitação de que é necessária uma formação profissional adequada e eficaz, por forma a assumir a tarefa docente de um modo mais abrangente, integrando o aspecto orientador e tutorial.

Algumas escolas de ensino básico e secundário portuguesas, mais sensibilizadas para estas questões e tentando responder ou prevenir situações cada vez mais problemáticas com que se defrontam, têm vindo a dar cumprimento à aplicação de alguns normativos que apontam a implementação das tutorias, como uma possível valência, capaz de contribuir para dar resposta ao insucesso, à indisciplina e ao abandono escolar. No entanto, a falta de formação docente nesta área relativa à orientação, gestão e mediação de conflitos é uma realidade que advém da escassez da oferta das instituições que têm a seu cargo a formação.

DESENVOLVIMENTO

Para entendermos melhor o que se pretende com a apresentação das características relativas ao perfil do professor tutor é fundamental que o enquadremos na tutoria e na acção tutorial

Para Sabaté (2006) a tutoria é o nível mais básico e ao mesmo tempo, o mais importante da orientação, visto que é inerente ao processo educativo e instrutivo. Deve ser a base do Projecto Educativo, devendo ser desenhada, planificada e organizada, implicando toda a escola na sua implementação.

A acção tutorial é um processo de orientação e ajuda feita por um tutor, que é o dinamizador do processo de ensino aprendizagem e contribui para o desenvolvimento integral do aluno (ARNAIZ, 1995; LONGÁS & MOLLÁ, 2007).

A etimologia da palavra tutor reflecte aquelas que devem ser as suas funções.

Deriva do latim “tutor,oris” , significando aquele que detêm a tutela sobre alguém, o protector e defensor, tem a sua raiz no verbo “tuéor” que significa ver, observar, descobrir, proteger e defender.

O desenvolvimento da função tutorial incide sobre os conhecimentos, os comportamentos, os valores, as normas e atitudes. Constitui-se como um conjunto de tarefas de orientação educativa realizadas pelo professor tutor, visando o desenvolvimento integral dos alunos.

Deve integrar-se no processo educativo e apresentar-se como parte integrante de um novo conceito de educação que seja capaz de responder às exigências de uma sociedade tecnológica mais democratizada e que possa compensar as desigualdades sociais e culturais. Esta função tutorial deve ainda objectivar a preparação dos alunos no sentido de lhes facilitar a inserção na vida activa por forma a viverem uma cidadania responsável, desempenhando as responsabilidades sociais e profissionais inerentes à sua vida futura.

No processo de desenvolvimento dos jovens, as perturbações resultantes dos avanços e retrocessos, da desorientação e do questionamento perante as constantes mudanças, inerentes às etapas de crescimento, podem ser alvo da intervenção educativa e do aconselhamento orientador do tutor. (LONGÁS & MOLLÁ, 2007).

Para além disto, importa ao tutor ter um conhecimento do grupo de pertença do aluno, fazer uma observação atenta e sistemática à sua forma de estar, às necessidades demonstradas, tornando possível desenhar um plano de actuação que consiga dar resposta às dificuldades diagnosticadas e sentidas pelo jovem ou grupo de jovens.

Tudo isto, só pode ser conseguido, se a educação incidir sobre o desenvolvimento pessoal dos alunos, adaptando-se às diferentes particularidades e interesses evidenciados.

A função tutorial é um trabalho de colaboração entre os diferentes actores educativos, sendo no entanto o tutor, aquele que, de uma forma mais abrangente e objectiva, a pratica.

O professor tutor deve seguir o processo de aprendizagem dos alunos por forma a detectar dificuldades e necessidades especiais, no sentido de poder recorrer a assessoramento ou outro tipo de apoios. Igualmente se constitui como basilar a atenção que deve ser dada à diversidade e à singularidade por forma a favorecer o processo de maturação vocacional e orientação educativa e profissional.

A planificação do trabalho a desenvolver é apresentada no Plano de Acção Tutorial (PAT) que necessariamente implica três vectores: alunos, professores e famílias.

A elaboração deste plano visa facilitar a integração dos alunos nas dinâmicas escolares, bem como aprender a conviver, a ser autónomo e responsável.

Deve apontar igualmente para a individualização e diferenciação do processo de ensino aprendizagem, fomentando o desenvolvimento de atitudes participativas no meio escolar e na comunidade.

Relativamente à articulação a desenvolver a nível dos professores, compete ao tutor coordenar e ajustar os programas desenhados para os alunos que usufruem de acompanhamento e coordenar o processo avaliativo. No âmbito do projecto educativo de escola, deve articular linhas comuns de acção, com os outros tutores.

O professor tutor, ao constituir-se como um professor com características de orientação, tem por função orientar o aluno ou grupos de alunos, ajudando-o ou ajudando-os a fazer um crescimento adequado baseado no seu autoconhecimento, facilitando a integração no grupo de pertença e educando-o emocionalmente, isto é favorecendo o crescimento moral, social e cognitivo.

A dinamização é também uma realidade que deve estar subjacente à função tutorial. Políticas dinamizadoras e articulatórias entre os diversos actores educativos sejam o conselho de turma, a família, a direcção da escola entre outros, devem ser assumidas com plenas condições de tempo, de espaço, de suporte material e humano, objectivando a sua concretização.

No que concerne as famílias, os tutores têm como função contribuir para o estabelecimento de relações entre os encarregados de educação e a escola, de os implicar em actividades de apoio à aprendizagem e orientação dos filhos, bem como o de os manter informados relativamente ao percurso escolar.

Concluindo, podemos resumir a função da acção tutorial, dizendo que se apresenta como uma acção com carácter educativo e dinamizador, incidindo no aluno como pessoa e como parte integrante de um grupo. Pressupõe um acompanhamento orientador visando o desenvolvimento global do aluno. Implica de uma forma clara as famílias dos alunos no processo educativo. Introduce um trabalho de reflexão constante, de formação, de actualização e de cooperação entre professores e tutores.

Enfatizada que está esta conceptualização, poderemos definir o perfil a atribuir ao professor tutor.

Barbosa (2003) refere-se a perfil, como um conjunto de conhecimentos e capacidades necessárias ao desenvolvimento da pessoa e à sua qualificação profissional, construindo em cada um, a postura e as atitudes pretendidas no exercício das actividades a desenvolverem.

Arroyo (1991) refere que as qualidades principais de um tutor devem ser a compreensão, a amizade, a autenticidade, a objectividade, a capacidade autocrítica e a paciência. Deve ser um profissional empenhado na sua formação contínua.

Para ser capaz de dar resposta à função orientadora pedida para o desempenho do cargo para o qual foi mandatado, deve possuir uma formação global adequada, seja académica, relacional, emocional e meta cognitiva. Este professor deve demonstrar uma clara maturidade como pessoa, evidenciando ser portador de uma forte autoridade moral, autoridade – prestígio ou “auctoritas” em termos clássicos.

Para além das diferentes características já enunciadas, referimos ainda a estabilidade emocional, empatia ou seja uma atitude espontânea e positiva de ligação com o interlocutor, o interesse de estar com outros, de promover o bem-estar, desfrutando da relação humana. Este conjunto de atitudes básicas, aliadas a uma boa capacidade dialógica é em nosso entender, essenciais para o desempenho da função tutorial.

É indispensável que demonstre ter confiança nas capacidades do aluno, acreditando que ele é capaz de superar todas as dificuldades e condicionalismos. Deve intervir de forma positiva, ser dialogante, flexível, sem fazer juízos de valor precipitados e imediatos, sendo simultaneamente exigente e compreensivo.

Outros aspectos muito importantes são a capacidade de negociar e mediar, com um carácter de continuidade, em diferentes situações e conflitos.

O conhecimento de toda a realidade escolar envolvente e do nível de escolaridade dos alunos ou grupo de alunos a tuturar constituem-se também, como elementos basilares da actividade. Gordillo (1996) refere-se ao professor tutor como um profissional que domine as matérias, que tenha um conhecimento amplo e que o saiba transmitir de forma adequada, interligando-o com os interesses dos alunos. Fala ainda da necessidade de adquirir estratégias que lhe permita saber lidar com problemas, assumindo perspectivas

diferentes, desenvolvendo igualmente “capacidades sociais”, facilitadoras do estabelecimento de uma relação pessoal com os alunos e respectivas famílias.

Diaz Allué (1997) refere sobre este assunto, o interesse que o tutor deve demonstrar pela dimensão integral e humana dos alunos. Aponta a capacidade de escuta, o ser autêntico e coerente, ter capacidade de liderança, valorizar a tolerância, o respeito e a abertura, assumindo a auto avaliação e a auto crítica como elementos fundamentais para a mudança de atitude e de estratégia.

As necessidades derivadas das constantes mudanças sociais exigem que a escola adopte uma maior flexibilidade e adaptabilidade. A educação na vida e para a vida implica que se aborde e se tente minimizar problemáticas que afectam de forma clara a formação integral dos alunos.

Muitas vezes ouvimos dizer que a escola como se apresenta, não consegue responder de forma adequada aos desafios e mutações sociais constantes. Estamos certos que há uma necessidade imperiosa de mudar de este paradigma, a escola tem que passar a ser valorizada. Tem que ser percebida como um local de múltiplas aprendizagens, de socialização e de construção da cidadania.

Esta atitude cabe, não só à sociedade em geral, sejam os políticos e outras forças, como aos pais, aos professores e aos alunos e a todos os outros agentes que com ela interagem directa ou indirectamente.

Igualmente, urge que a profissão docente volte a ser dignificada, atribuindo o valor e a importância que tem vindo a perder nos últimos tempos. É imperioso que seja depositada confiança no desempenho docente e que se voltem as páginas do eterno *Livro da Desculpabilização Social* onde o fracasso do sistema é atribuído única e exclusivamente aos professores e apontada a sua formação como deficitária e desajustada.

Temos plena consciência que a formação é sentida, não como um dever consignado na lei, mas sim como uma necessidade lógica e evidente que possa de alguma forma colmatar as exigências resultantes dos processos de mudança sociais. Uma grande parte dos professores sente que não está preparada para fazer mudanças, não tendo na sua formação inicial realizado estudos ajustados às realidades concretas das escolas onde exercem as suas funções, levando – os à desmotivação (COUTINHO, 1998).

No artigo 30º da Lei de Bases do Sistema Educativo Português é consignada a formação inicial e a formação continua dos docentes, apontando a necessidade desta última

ser diversificada, por forma a actualizar, aprofundar e complementar conhecimentos e competências profissionais.

Confia-se aos professores tarefas, sem que se desenvolvam acções por forma a integrar na sua formação conteúdos de carácter sociológico, ético filosófico e relativos à psicologia do desenvolvimento social e moral, possibilitando a sua formação como pessoas e como profissionais no domínio da cidadania. (FONSECA, 2001).

A procura de estratégias de acção que conduzam à mudança deve passar pela reformulação da formação docente, impondo-se uma reconceptualização do processo de formação dos professores, no sentido de preparar profissionais capazes de responder a estas questões de modo dinâmico, reflexivo, colaborativo, apostando numa intervenção preventiva. A formação continua de professores, determina em grande parte, a qualidade da educação.

É neste sentido que Teodoro (1982, p.104) afirma “não se poder ignorar que a eficácia e o progresso de um sistema depende, em grande medida, da qualificação dos professores”.

Referindo-se ainda a este assunto, Agostinho da Silva (2000, p.94) diz que “é inútil reformar ou recriar escolas, sem que se preparem os mestres”. Isto implica que os professores invistam na melhoria do seu desempenho profissional, aprofundando a sua formação contínua de forma empenhada e respondendo às necessidades inerentes ao contexto onde desenvolvem a sua profissão.

Esteve (1991) salienta que na actualidade, o professor não pode reduzir a sua actividade ao domínio cognitivo. O seu campo de actuação tem que abranger outras dimensões sob pena de não conseguir dar resposta ao novo papel que lhe é atribuído “o de mediador do conhecimento, o de orientador das aprendizagens e ainda o de facilitador do desenvolvimento de competências relacionais e pessoais” (SANTOS, 2005, p.10).

Assim, a formação deve contemplar múltiplos aspectos. A mediação de conflitos, o conhecimento aprofundado de psicopedagogia abrangendo vários campos, serão algumas das áreas que devem integrar o processo formativo de qualquer professor e com muito mais incidência naquele que abraça as funções de professor tutor. Diaz Allué (1997) fala que é necessário muito mais do que voluntarismo, mas uma formação adequada em psicopedagogia aliada a um conjunto de qualidades profissionais que o tornem capaz para assumir esta profissão “de ajuda”.

Espinar (1997) apresenta alguns pressupostos fundamentais, referindo-se ao carácter mais amplo da orientação, a qual tem que ultrapassar as paredes da escola e actuar no âmbito familiar e comunitário; A formação de professores deve ser o objectivo prioritário da instituição; O processo de aprendizagem deve visar o desenvolvimento global do aluno, centrando-se em conteúdos culturais e científicos; A tutela e a defesa dos direitos individuais dos alunos devem prevalecer, resistindo às pressões do sistema para ser feita a assimilação, isto é a uma adaptação passiva; O programa de actuação profissional deve conter os requisitos técnicos e científicos exigidos, dando relevância à avaliação deste processo.

Alertamos ainda para várias questões que devem ser tomadas em linha de conta quando nos referimos à actuação e formação dos professores, nomeadamente dos professores tutores:

- A visão pedagógica de carácter individualista de actuação docente deve dar lugar à adopção de um paradigma colaborativo e cooperante interpares;

- A consciencialização de que as aptidões de carácter relacional, afectivo, comunicacional são fundamentais para o exercício do cargo;

- A motivação e a capacidade de tomar decisões de forma correcta e adequada;

- A necessidade de investimento numa formação contínua que contemple estas áreas, proporcionando momentos de reflexão, no sentido de poder responder às constantes necessidades inerentes ao contexto educativo em que se integra, tornando-se imperativo o conhecimento e compreensão do mesmo;

- Sem uma formação adequada de professores que conduza a um melhor desempenho “todas as directivas ficarão sem efeito e a escola limitada a uma função de ensino, não cumprirá a sua missão educativa” (GRAWITZ, 1982, pp.164-165).

CONCLUSÃO

A notoriedade mediática dada ao aumento de comportamentos disruptivos em meio escolar que se configuram em situações de violência, de indisciplina, de início de consumo de substâncias tem obrigado a sociedade em geral e a escola e os profissionais da educação em particular, a fazerem uma maior reflexão sobre estas questões.

É consensual que todos os alunos são diferentes, sendo indispensável que seja tido em consideração, as especificidades e particularidades de cada um.

Assim sendo, compete à escola promover múltiplas e diversificadas actividades que permitam aos jovens, aceder a uma melhor educação, por forma a habilitá-los a poder responder, de forma adequada, às necessidades sociais no sentido de alcançar o bem estar e o sucesso.

A diversidade derivada da massificação do ensino pressupõe e desencadeia situações que requerem uma intervenção apropriada e adequada, questionando-nos muitas vezes se a escola se encontra preparada para lidar com ela. Esta reflexão deverá visar o planeamento de uma linha de actuação que se apresente coerente com a realidade em que se insere e que conduza à intervenção.

Esta intervenção deve ser integrada num processo contínuo, onde todos os intervenientes se empenhem integrando equipas multidisciplinares que trabalhem de uma forma colaborativa, visando o desenvolvimento harmonioso do aluno. Neste sentido, entendemos que a figura do tutor pode constituir-se também como uma das possíveis respostas que a escola reconheça e implemente como fundamental para a educação dos jovens. As funções que lhe são atribuídas, de orientação e de acompanhamento pessoal, social e académico, desenvolvidas em articulação com todos os outros actores educativos podem fazer a diferença, ajudando a minorar ou mesmo a resolver comportamentos individuais e grupais mais problemáticos.

Integrando estas equipas de cariz multidisciplinar, compete ao tutor dinamizar todo o processo de aprendizagem, que deve apresentar características e funções específicas, de acordo com as necessidades sentidas pelo aluno.

A escolha destes professores deve ser feita de acordo com o seu perfil e com a determinação e empenho evidenciado para o exercício do cargo.

Na medida em que todo o trabalho é de natureza colaborativa, entendemos que todos os professores devem estar aptos a poder desenvolver estas funções. Para isso é necessário, que seja feita uma formação adequada, que se ajuste à realidade da escola actual, de forma a podermos vencer dificuldades colocadas por um ensino cada vez mais exigente. A formação deve estar ligada à prática e resultante das necessidades sentidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, M; BISQUERA, R .**Manual de orientación y tutoría**. (org.). Barcelona: Praxis, 2004.

ARNAIZ, P. **La tutoria, organizacion y tareas**. Barcelona: Graó, 1995.

ARROYO, T. **El profesor-tutor. Consideraciones para mejorar la acción tutorial**. Valência: Blásquez Ediciones, 1991

BARBOSA, E. Os perfis na concepção e estruturação do projecto pedagógico de cada curso: In AMORIN, S. **Evolução do projecto pedagógico: Estudo de caso**. Uberaba: Universidade de Uberaba, 2003.

COUTINHO, M. **O papel do director de turma na escola actual**. Porto: Porto Editora, 1998.

DIAZ ALLUÉ, T. Orientación en educación secundaria. Situación actual y prospectiva. **Revista de Investigación Educativa**, 1997, pp. 9-83.

ESPINAR, S. La orientación ante el reto de nuevos contextos y necesidades. **Symposium sobre a orientación. Para onde camiña a orientación?** Coruna_ Serviço de Publicações da Universidade da Coruña, 1997, pp. 19-37.

ESTEVE, J. M. Mudanças Sociais e função docente: In NÓVOA A. (org). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

FONSECA, A. **Educar para a cidadania**. Porto: Porto Editora, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GORDILLO, V. El perfil del profesor tutor. **Revista Complutense de Educación**, 7, 1996 pp. 83-96.

GRAWITZ, M **Alunos e professores perante a educação cívica**. Lisboa: Editorial Estampa. 1982.

LAZARO, A; ASSENSI, J **Manual de orientación escolar y tutoria**. Madrid: Narcea, 1987.

LONGAS, J; MOLLÁ, N. **La escuela orientadora. La acción tutorial desde una perspectiva institucional**. Madrid: Narcea, 2007.

SABATÉ, J. Conceptos y agentes de la orientación: estructura triádica: In GALLEGO, R, RIART J. **La tutoria y la orientación en el siglo XXI: nuevas propuestas**. Barcelona: Ediciones Octoedro, 2006.

SANTOS, M. **A formação cívica no ensino básico**. Porto: Edições Asa, 2005.

SILVA, A. **Textos pedagógicos (org)**. Lisboa: Circulo dos Leitores, 2000.

TEODORO, A. **O sistema educativo português: situação e perspectivas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.